



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Relatório - Visita Praça Princesa Isabel

Data da Visita: 23/08/2021 - 18h às 20h

Presentes:

- Vereadoras/es: Érika Hilton, Eduardo Suplicy, Sidney Cruz, Carolina Iara/Bancada Feminista
- Assessoria parlamentar: Maria Izabel Fernandes (gab. Érika Hilton), Patrícia Borges (gab. Érika Hilton), Júlia Lima (gab. Eduardo Suplicy), Ive Serigatto (gab. Sidney Cruz), Cauê Vieira Campos (gab. Bancada Feminista)
- Defensoria Pública Estadual (DPE-SP): Fernanda Balera
- Fórum da Cidade em Defesa da PopRua: Laura Salatino e Amanda Oliveira (Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama - FDUSP)

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania compareceu à Praça Princesa Isabel para dialogar com as pessoas em situação de rua que ali se encontram. O ponto de encontro foi no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) - Redenção, localizado na Av. Duque de Caxias, 75, em frente à praça, e o grupo se deslocou para a praça às 18h30.

Na data da visita, havia mais de 100 barracas na Praça Princesa Isabel, com presença de crianças e adolescentes. Foram entrevistadas dezenas de pessoas no local, sendo que a maioria avaliou positivamente as equipes de SEAS (Serviço Especializado de Abordagem Social) e do Redenção na Rua/Consultório na Rua. Muitos informaram não querer vaga em Centros de Acolhida devido à ausência de vagas para casais e famílias ou por experiências ruins em serviços. Sobre renda, algumas pessoas informaram receber Bolsa-Família, dessas, algumas receberam a Renda Básica Emergencial e poucas receberam o Auxílio Emergencial Federal. Algumas pessoas relataram não receber nenhum tipo de benefício.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Questionados sobre os motivos do aumento do número de pessoas na Praça, alguns dos entrevistados informaram que houve casos de moradores de pensões próximas ao local que, com a pandemia, tiveram mais dificuldade para encontrar “bicos” e empregos informais, o que impossibilitou o pagamento do aluguel e diárias, levando as pessoas a recorrer às barracas no local. Ainda, houve relatos de dispersão do fluxo na chamada “cracolândia”, o que teria deslocado algumas pessoas para a Praça.

A maioria informou se alimentar por meio de doações de munícipes ou das marmitas da Rede Cozinha Cidadã, programa ofertado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. No acesso à água para beber, a maioria utiliza a base da Polícia Militar (PM-SP), localizada na praça. Sobre a higiene pessoal, muitas informaram tomar banho e lavar roupas nas estações da Ação Vidas no Centro (programa emergencial da prefeitura) e utilizar os banheiros do CAPS Redenção.

Sobre a Covid-19, a maioria informou ter tomado a vacina ofertada. . Alguns relatos reforçaram a importância dos equipamentos de saúde se deslocarem até o local e realizarem busca ativa para a aplicação da vacina.

Em relação à violência, muitos informaram que já tiveram seus pertences levados pelas equipes de zeladoria urbana, também conhecida como rapa. Entretanto, informaram que isso era mais frequente até o ano passado e que, neste ano, poucas vezes levam algum bem. Foi relatado que a limpeza da praça está ruim, já que o lixo descartado em um ponto específico não é retirado.

As crianças que conversaram com a Comissão solicitaram que a quadra da praça fosse consertada e que traves (de gol) fossem instaladas para possibilitar jogos com bola.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A equipe do SEAS estava no local e também conversou com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

A partir das entrevistas, destacam-se os principais pontos:

- grande aumento do número de pessoas em situação de rua, com presença de crianças e adolescentes;
- grande aumento do número de barracas (de camping e de lona);
- importância dos programas Rede Cozinha Cidadã (oferta de marmita) e Ação Vidas no Centro (estações de banho e lavanderia);
- atendimento bem avaliado das equipes de SEAS e Redenção na Rua/Consultório na Rua;
- maioria das pessoas informou ter tomado vacina para a Covid-19;
- dificuldade no acesso aos programas de transferência de renda;
- pouca oferta de vagas em Centros de Acolhida para casais e famílias, especialmente aquelas com crianças e adolescentes;
- necessidade de reforma da quadra, com instalação de traves (gols) para possibilitar jogos com bola;
- relatos de violações de direitos com retirada de pertences pelas equipes de zeladoria urbana, principalmente até 2020;
- ausência de limpeza da praça, com retirada do lixo colocado em um ponto específico.

Ofício do vereador Eduardo Suplicy para a prefeitura

Nos dias 11 e 12 de agosto, data anterior à visita, o vereador Eduardo Suplicy esteve na Praça Princesa Isabel e ouviu diversos relatos de um suposto cadastramento da prefeitura para a disponibilidade de moradia para as pessoas que ali se encontravam. Essa informação, segundo relatos, fez aumentar mais ainda o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

número de pessoas na praça. Com isso, em 17 de agosto o vereador enviou ofício para a prefeitura (SEI nº 6510.2021/0018533-7) com os seguintes questionamentos:

1. A Prefeitura está planejando realizar alguma ação na Praça Princesa Isabel e entorno?
2. Se sim, de que tipo é esta intervenção? Quais são as ofertas feitas pela Prefeitura? Quantas pessoas serão beneficiadas?
3. Foi realizado algum cadastramento por parte da Prefeitura este ano? Se sim, qual secretaria realizou o cadastro e qual o intuito?
4. Quais são os números atuais de pessoas vivendo na Praça?
5. Está sendo realizada a zeladoria urbana na Praça? Se sim, qual a frequência?
6. Está sendo feita a limpeza dos banheiros existentes na praça? Se sim, qual a frequência?
7. As equipes do Consultório na Rua estão atuando normalmente? Se sim, qual a frequência?
8. Houve aumento de demandas e de atendimento das equipes do Consultório na Rua?
9. Quantos atendimentos mensais ocorreram nos últimos 3 meses pelo Consultório na Rua?
10. As equipes de SEAS estão atuando normalmente? Se sim, qual a frequência?
11. Houve aumento de demandas e de atendimento das equipes do SEAS?
12. Quantos atendimentos mensais ocorreram nos últimos 3 meses pelo SEAS?
13. Há a previsão de abertura de serviços da assistência social no território, como Centros de Acolhida, SIATI, Atende ou Núcleos de Convivência?
14. Há a previsão de instalação de banheiros permanentes na região?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

15.A Prefeitura tem recebido reclamações ou demandas de moradores do entorno sobre a situação da Praça? Se sim, a que se referem essas demandas?

16.A Prefeitura está construindo algum espaço de diálogo com moradores do entorno e representantes da sociedade civil sobre esse território?

O ofício foi enviado para as seguintes secretarias: Assistência e Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Cidadania, Saúde, Habitação, Governo e Casa Civil.

Em ofício datado de 24 de agosto, a Secretaria Municipal de Saúde relatou as diversas atividades desenvolvidas no território, principalmente com as equipes Redenção na Rua, Consultório na Rua (Santa Cecília) e o CAPS AD, localizado em frente à Praça. Foram anexados os relatórios das equipes de Redenção na Rua e Consultório na Rua. A equipe de Redenção na Rua informou atuar no território 24h por dia, com 6 equipes se revezando. Informou também uma média de 694 atendimentos por mês na Praça Princesa Isabel, entre consultas médicas, de enfermagem, equipe multidisciplinar, agentes sociais e de saúde.

A Secretaria de Habitação, em 25 de agosto, informou que “as famílias dessa área não atendem aos critérios para recebimento de atendimento habitacional provisório (auxílio aluguel), previstos na Portaria 131/SEHAB/2015” e “o cadastro para programas habitacionais da Cidade de São Paulo, destinado a demanda espontânea, deve ser realizado junto a COHAB-SP, por meio ou no site eletrônico: <http://cohab.sp.gov.br>”.

Até a data de 14 de setembro, não houve nenhum pronunciamento das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, Assistência e Desenvolvimento Social, Governo e Casa Civil.